

3.

O nascimento do autoritarismo nas Igrejas cristãs

A Igreja como recebedora, portadora e doadora do Espírito Santo estimula todos os fiéis a viver uma vida completamente guiada pelo Espírito. De acordo com o padre Yves Congar, a Igreja, em sua *práxis*, é “um organismo vivo, animado e dirigido pelo Espírito Santo, que conserva vitalmente, sua lei dentro de si”⁷³. No entanto, observa-se que, no processo de sua institucionalização, bem como, no seu desenvolvimento, sutilmente, as Igrejas cristãs, tanto católicas como protestantes, foram sendo cerceadas da ação do Espírito. Isso ocorreu porque houve uma grande preocupação em proteger os rumos da Igreja, sobretudo, devido às ameaças e heresias, as quais circulavam em torno dela. Dessa forma, gradativamente, as Igrejas foram deixando de ser totalmente impulsionadas pelo Espírito, tornando-se, em parte, uma instituição limitada. Contudo, não se deve esquecer que a Igreja de Cristo abarca simultaneamente duas dimensões: uma espiritual e outra humana, que jamais podem ser compreendidas separadas ou dissociadas⁷⁴. Sendo assim, a Igreja de Cristo, simultânea e concretamente, existe como um organismo espiritual e como uma organização⁷⁵. Além disso, as Igrejas cristãs existem e continuarão a existir, em ambas as dimensões, pela ação do

⁷³ CONGAR, Yves. *Introdução ao mistério da Igreja*. São Paulo: Herder, 1966. p. 5. Posição defendida pelo eclesiólogo Yves Congar contra uma visão de Igreja como religião do livro. Segundo o autor, implícita no conceito protestante ou reformado da Igreja.

⁷⁴ Cf. GRUDEM, Wayne A. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida, 1999. p. 716. Cf. o autor os principais reformadores Lutero e Calvino entendiam a dimensão espiritual da Igreja como a parte invisível; isso é, a Igreja como Deus a vê: um único Corpo formado por todos os cristãos genuínos, em qualquer lugar, de todos os tempos (cf. 2Tm 2,19; Hb 12,22-23). E, a dimensão humana como a parte visível, ou seja, a organização eclesiástica. Isso não significa dizer que a dimensão espiritual da Igreja só possa ser vista por intermédio da Igreja-instituição, pois, essa dimensão da Igreja sempre esteve presente na vida comunitária, através da fé, da conduta cristã e do testemunho do Deus vivo. BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. Campinas: Luz Para o Caminho Publicações, 1990. p. 564. Convém ressaltar também que Louis Berkhof, teólogo reformado, destaca que Lutero teve o cuidado de assinalar que não existem duas Igrejas, apenas dois aspectos de uma mesma e única Igreja de Jesus Cristo.

⁷⁵ Cf. LANGSTON, A. B. *Esboço de Teologia Systematica*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1927. p. 463. Cf. A. B. Langston, no NT, encontram-se presentes as duas naturezas da Igreja. A Igreja como organismo consiste no Corpo de Cristo que se identifica com o Reino de Deus, porém não é o Reino; e a Igreja como organização é constituída por membros regenerados por Cristo.

Espírito. No entanto, a experiência da vida no Espírito dos cristãos como novidade de vida, atualmente, diferencia-se um pouco das experiências que as comunidades cristãs primitivas, experimentaram e vivenciaram. Por um lado, cedendo espaço para o fanatismo religioso e fundamentalista; e, por outro lado, ao ceticismo liberalista. Dessa forma, aflora a necessidade de se estabelecer critérios a fim de que se possa descobrir e discernir a ação do Espírito ⁷⁶ nas Igrejas cristãs; e, concomitantemente, reconhecer a necessidade e a função da hierarquia eclesiástica que foi instituída por Deus para governar a Igreja-instituição. Portanto, a hierarquia iluminada pelo Espírito Santo deve ser capaz de evitar e reduzir os exageros eclesiásticos, sem limitar a liberdade do próprio Espírito para realizar o que Ele quer (Cf. 1Cor 12,11).

3.1.

O princípio de autoridade e o autoritarismo

É importante atentar para o contexto em que surge o conceito do princípio de autoridade. Segundo Hannah Arendt, o termo romano *auctoritas* é derivado do verbo *augere* que significa aumentar, caracterizando o que a autoridade ou os executores dela deveriam almejar. Isso pode ser tipificado pela figura dos senadores romanos que detinham grande autoridade, em virtude de serem anciãos e possuírem a responsabilidade de transmitir os conhecimentos e as tradições às gerações futuras, visando o seu acúmulo e aumento. Todavia, os senadores romanos mesmo detentores da autoridade oriunda do conhecimento, não possuíam o poder. Portanto, de acordo com o pensamento de H. Arendt, o conceito de autoridade *a priori* não era sinônimo de poder ⁷⁷.

⁷⁶ Cf. MESTERS, Carlos in TEPEDINO, Ana Maria Azevedo Lopes (org.). *Amor e discernimento: experiência e razão no horizonte pneumatológico das Igrejas*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 31.

⁷⁷ Cf. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 142. A autora, judia nascida na Alemanha (1906-1975), era filósofa e grande pensadora política. Foi aluna de Heidegger, Husserl e Karl Jaspers.

Apesar disso, de acordo com o dicionário de língua portuguesa: *Novo Aurélio Século XXI*, um dos significados de autoridade é o “direito ou o poder de se fazer obedecer, de dar ordens, de tomar decisões, de agir, etc.”⁷⁸. Isso é, para esse autor, a autoridade em si, pode ser considerada um gênero ou, ainda, uma simples fonte de poder. Possivelmente e mui provavelmente, essa noção de autoridade está vinculada ao conceito de poder que, segundo Max Weber, é “a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas”⁷⁹. De qualquer forma, deve-se ressaltar que sem o princípio de autoridade seria impensável a organização de qualquer instituição humana.

Ademais, mesmo a família, considerada célula *mater* da sociedade, sendo constituída sob vínculos íntimos de afetividade, vivendo em uma atmosfera permeada de amor, sem o princípio de autoridade não sobreviveria⁸⁰. Wayne A. Meeks, uma das maiores autoridades em história do cristianismo primitivo, sobretudo, no mundo paulino, faz uma analogia interessante em relação à autoridade. Seguindo em uma linha aristotélica e tomando a família como paradigma para a ordem pública, ele afirma que tanto na *polis* quanto na família, para que se possa conquistar equidade e boa ordem, faz-se necessário que haja submissão à autoridade⁸¹. Isso, porque nesse contexto familiar, alguns eram destinados para governar (proprietários, senhores e pais), e outros para servir (escravos, mulheres e crianças). Dessa forma, percebe-se que mesmo nos círculos mais íntimos a autoridade já era utilizada para dominar e oprimir, diferentemente das comunidades cristãs⁸². Convém relembrar às Igrejas cristãs as palavras de H. Arendt:

A inversão hierárquica na era moderna tem em comum com a tradicional hierarquia a premissa de que a mesma preocupação humana deve prevalecer em todas as

⁷⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 236.

⁷⁹ WEBER, Max. *Law in Economy and Society*. Cambridge: Harvard University Press, 1954. p. 323.

⁸⁰ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. pp. 37-47.

Para ver a família do ponto de vista da política consultar o cap. 5 sobre a *Polis* e a Família.

⁸¹ Cf. MEEKS, Wayne A. *O mundo moral dos primeiros cristãos*. São Paulo: Paulus, 1996. p. 26.

⁸² Cf. SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p. 56. Segundo o autor, de acordo com o NT, em uma eclesiologia repleta da autoridade do Espírito é possível sustentar a direção e a autoridade eclesial, sem excluir homem ou mulher, pois ambos receberam o batismo no Espírito.

atividades dos homens, posto que, sem um único princípio global, nenhuma ordem pode ser estabelecida⁸³.

Não obstante, a autoridade foi sendo transformada em uma espécie de poder estabilizado e continuativo no tempo, podendo ser caracterizada como institucionalizada, ou não; em que, no caso daquelas institucionalizadas, os subordinados deveriam prestar uma obediência incondicional, ao indivíduo ou a instituição detentora da autoridade. Nesse caso, o princípio de autoridade se confunde ou se associa com aquele que a exerce. Contudo, a autoridade deve visar sempre o benefício do todo e jamais o favorecimento próprio ou de alguns, em detrimento de outros. Sendo assim, o princípio de autoridade, se exercido corretamente, estabelecerá o crescimento qualitativo e quantitativo do todo; e aquele que a exerce deverá propiciar as condições necessárias para a subsistência do grupo ou instituição; a fim de, simultaneamente, salvaguardar o bem-estar físico, emocional e espiritual dos indivíduos. Dessa forma, entende-se que há ambigüidade no princípio de autoridade. Por um lado, ela visa o crescimento, a integração e a preservação do todo. E, por outro, transmite uma ordem sem dar razões ou algum argumento justificativo, cabendo às pessoas subordinadas a essa autoridade, aceitar e obedecer, aquilo que foi proposto. Justamente por isso, H. Arendt adverte sobre a real necessidade de se distinguir a autoridade do poder. Ela afirma que quando não se consegue distinguir a autoridade daquele que a exerce, pode-se facilmente fazer uso da força coercitiva, isto é, do poder, a fim de que se alcance aquilo que se deseja. Por conseguinte, quando isso acontece significa que a autoridade fracassou⁸⁴.

Posto isto, de certa forma, pode-se se dizer que o autoritarismo é fruto da má compreensão e do mau uso, do princípio de autoridade. Desse modo, entende-se que a crise de autoridade na atualidade, foi provocada pelo abuso de poder, em virtude da superficialidade na compreensão humana do seu próprio ser, das razões essenciais da sua própria existência, ao longo dos tempos. Conforme o pensamento de H. Arendt, percebe-se que, historicamente, a perda da autoridade ocorreu em função da perda de tradição. A incapacidade humana de atualizar e

⁸³ ARENDT, *A condição humana*, op.cit., pp. 25-26.

⁸⁴ Cf. ARENDT, *Entre o passado e o futuro*, op. cit., pp. 91-141.

comunicar alguns valores tradicionais foram distanciando o ser humano de si mesmo, no mais profundo do seu ser e, por conseguinte, dos demais seres humanos. Assim, as pessoas foram se fechando em torno de si mesmas. Concomitantemente, a sociedade foi se tornando isolada e, conseqüentemente, individualista. Pois, para a autora, entre os seres humanos a “profundidade não pode ser alcançada a não ser através da recordação”⁸⁵. Para tanto, é de vital importância que as pessoas vivam abertas umas às outras, compartilhando as experiências da vida, os valores éticos e morais, rememorando a essência do que é ser humano e valorizando a subjetividade humana.

Justamente, devido ao desconhecimento, distanciamento e isolamento humano intensificado pelo desejo de poder, o princípio de autoridade foi transformado em autoritarismo. De acordo com Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o autoritarismo é um “regime político que postula o princípio de autoridade, aplicado com freqüência em detrimento da liberdade individual”⁸⁶. Por ser caracterizado pelo abuso de poder e da autoridade, confunde-se com o despotismo. O despotismo, segundo Charles de Montesquieu – político, filósofo e escritor francês, é uma forma de governo em que apenas um governa, sem leis, sem regras, ou seja, sem freios. Isto é, aquele que governa está acima da lei⁸⁷.

3.2.

O desenvolvimento da autoridade nas comunidades cristãs primitivas

Pode-se verificar que desde o AT, o princípio de autoridade já estava presente no meio do povo de Deus. Ela não foi uma invenção das comunidades cristãs. O AT reconhecia a autoridade de Profetas e Profetisas (Cf. Ex 14,10-14; 15,20; 17,1-7; Dt 18,15; 34,10; Jz 4,4; 1Sm 7,8; 2Rs 22,14; Is 6,8; 61,1-3; Jr 1,4-

⁸⁵ ARENDT, Hannah. *O Sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978. p. 200.

⁸⁶ FERREIRA, *op. cit.*, p. 236.

⁸⁷ Cf. MONTESQUIEU *apud* FERREIRA, *ibid.*, p. 664.

7; Ez 2,1-5), Sacerdotes (Cf. Ex 28; Lv 8,1ss), Juízes ⁸⁸ (Cf. Ex 18,13-27; Jz 2,16.18), Reis (Cf. 1Sm 8,5; 12,1; 15,1; 16,1.12-13; 2Sm 2,7; 1Rs 1,34.39.43.48), e todos instituídos por Deus com a missão de falar, conduzir e julgar o Seu Povo.

De fato, os reis e os sacerdotes assumiam um papel mais importante. Os reis recebiam a incumbência de apascentar o povo de Deus (Cf. 2Sm 5,2). Eles intercediam pelo povo perante Deus (Cf. 1Rs 8,30-54) e representavam Deus presente no meio do povo (Cf. Is 7,14) ⁸⁹. Eles tinham o poder de abençoar o povo em nome de Deus (Cf. 2Sm 6,18; 1Rs 8,55). De acordo com Franz-Josef Nocke, a sua ordenação era entendida como uma ordem direta do próprio Deus, mediante atos simbólicos (Cf. 1Sm 10,1; 2Sm 2,4 – unção; Sl 110,1; 132,11 – entronização), em que Deus realizava a sua eleição (Cf. 1Sm 10,1; 16,13) ⁹⁰.

Com efeito, os sacerdotes possuíam algumas funções semelhantes aos reis, como abençoar o povo em nome de Deus (Cf. Nm 6,22-27), mas, também, exerciam outras funções diferentes, a saber: oferecer sacrifícios (Cf. Lv 1-7); instruir o povo (Cf. Lv 10,11); observar as leis de purificação (Cf. Lv 13); realizar os serviços no santuário (Cf. Lv 24,3-9); e, até, as funções de juiz (Cf. Dt 17,8-13). Porém, havia uma peculiaridade em relação ao ministério sacerdotal. Ele estava reservado apenas aos filhos de Aarão da tribo de Levi (Cf. Ex 28).

Aos profetas cabia a interpretação dos sinais, bem como, o anúncio das mensagens divinas. Não aqueles do templo, que eram pagos para profetizar, mas, os profetas de Deus que advertiam aos reis contra os enganos, às vezes, arriscando as suas próprias vidas (Cf. Is 8,18; Jr 16,1-13; 32,1-15). Contudo, profetizavam pela sua própria vocação divina (Cf. Is 6,1-13; Jr 1,4-5; Am 7,14-15).

E, por fim, os juízes, eram levantados por Deus em um período em que “cada um fazia o que queria” (Jz 17,6; 21,25), para livrar o povo de Israel das mãos dos seus opressores (Cf. Jz 2,16.18).

Assim como no AT, também no NT, o princípio de autoridade foi instituído por atos divinos. Como bem observou Franz-Josef Nocke, Jesus não foi rei, nem

⁸⁸ Cf. Ex 18,13-27 é interessante observar que embora o povo de Israel não estivesse completamente organizado, Moisés, ainda que influenciado pelo seu sogro, parece ser o primeiro a ordenar chefes no meio do povo, descentralizando o poder e reconhecendo a necessidade da hierarquia.

⁸⁹ Cf. BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém*, op. cit., nota de rodapé “b”, p. 1265.

⁹⁰ Cf. NOCKE, Franz-Josef in SCHNEIDER, Theodor (Org.). *Manual de Dogmática*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 310-311.

sacerdote, nem juiz. No entanto, certamente, Ele foi considerado profeta (Cf. Mc 6,4; Lc 24,19; Jo 6,14)⁹¹. Isso implica dizer que Jesus tinha como missão principal proclamar o Reino de Deus (Cf. Mc 1,14-15; Mt 4,12-17; Lc 4,14-15). Jesus recebeu todo poder no céu e na terra e o concedeu aos seus discípulos para cumprirem essa missão (Cf. Mc 16,15; Mt 28,18-20). De acordo com Millard Erickson, Cristo não somente concede, mas transmite essa autoridade aos seus discípulos e a Igreja, por intermédio do Espírito Santo⁹². Os discípulos não foram enviados por seu próprio poder. A partir dos Evangelhos (Cf. Mc 3,13-19; Mt 10,2-4; Lc 6,12-16) e também de Atos (Cf. 1,13), pode-se conferir a eleição dos discípulos feita por Cristo. Cristo os comissionou (Cf. Mt 28,18-20). Ele é o Senhor da Igreja, foi Cristo que a edificou para Si⁹³ (Cf. Mt 16,18). Ele instituiu a Igreja como o novo “Povo de Deus”, o “Corpo de Cristo”, o “Templo do Espírito”⁹⁴, através da nova aliança (Cf. Mc 14,22-25; Mt 26,27-28; Lc 22,15-20; 1Cor 11,23-25)⁹⁵. Jesus Cristo confiou o governo da Igreja aos seus apóstolos a fim de que estes continuassem fazendo discípulos de todas as nações (Cf. Mt 28,18-20), e edificassem o seu Corpo (Cf. 1Cor 14,4.5.12; Ef 4,12). Cristo chamou para Si todos aqueles que Ele quis (Cf. Mc 3,13). De acordo com o evangelista Marcos, Jesus chamou os seus discípulos para estarem com Ele, aprenderem Dele e receberem Dele o poder para pregar a Boa Nova de salvação e a autoridade para expulsar demônios (Cf. Mc 3,14-15). De fato, parece que Cristo concedeu a Pedro supremacia em relação aos demais discípulos dando a este, inclusive, as chaves do

⁹¹ Cf. *Loc. cit.*, p. 311.

⁹² Cf. ERICKSON, Millard J. *Introdução à teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1997. p. 443. Millard Erickson é um renomado professor de Teologia no meio protestante.

⁹³ Cf. WIEDENHOFER, Siegfried, *Manual de Dogmática, op. cit.*, pp. 56-70. Siegfried Wiedenhofer faz um estudo interessante sobre os fundamentos bíblicos do surgimento da Igreja. Inclusive, observando e distinguindo os aspectos fundamentais, a saber: *ekklesia* como comunidade de culto cristã; e, como Igreja institucionalizada pós-pascal.

⁹⁴ Cf. ERICKSON, *op. cit.*, pp. 437-444; Cf. BERKHOF, *op. cit.*, pp. 559-565. Para uma compreensão protestante da Igreja dentro dessas três figuras bíblicas ver: cap. 35 sobre a natureza da Igreja. Cf. GRUDEM, *op. cit.*, p. 718. Também Grudem apresenta 12 metáforas ou imagens sobre como a Igreja pode ser vista na Bíblia. Cf. HORTON, Stanley M. (Ed.) *Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1996. pp. 542-548. Para uma compreensão pentecostal. Cf. WIEDENHOFER, *Manual de Dogmática, op. cit.*, p. 84. Também este autor traz uma compreensão atual destas três imagens da Igreja pelo lado católico. Principalmente, a redescoberta da Igreja como Povo de Deus, enquanto mistério de fé e comunhão histórica dos crentes, após o Concílio Vaticano II.

⁹⁵ Cf. Ex 12,1-34 é interessante observar como na última ceia Cristo reúne os elementos fundamentais que faziam parte da antiga aliança, a saber: o pão, representando os ázimos; e o vinho, simbolizando o sangue aspergido sobre os umbrais das portas a fim de que o destruidor não ferisse os primogênitos dos israelitas.

Reino (Cf. Mt 16,18-19), pedindo-lhe que confirmasse a fé dos seus irmãos (Cf. Lc 22,32)⁹⁶, e o mandando apascentar as suas ovelhas (Cf. Jo 21,15-17). Porém, conquanto se reconheça que na Igreja apostólica, houvesse uma hierarquia: Pedro, os Doze, os outros apóstolos, Paulo, e outros homens com diversas funções, e que exerciam ainda que em segundo plano, parte ativa no ministério hierárquico, não parece seguro afirmar que a hierarquia já estivesse instituída⁹⁷. Realmente, embora Cristo tenha confiado a Pedro o poder de atar e desatar (Cf. Mt 16,19), Ele também delegou o mesmo poder a todos os discípulos e também a Igreja (Cf. Mt 18,17-18; Jo 20,23)⁹⁸. Ou seja, não está claro que Jesus Cristo quisesse enfatizar a necessidade de um líder eclesiástico soberano acima de todos, o que caracterizaria um modelo de autoridade monárquico. Todavia, ao que parece, o modelo de autoridade pretendido por Jesus, apesar de conter o aspecto hierárquico, era um colegiado: “Como o Pai me enviou também eu vos envio” (Jo 20,21) e soprou sobre todos eles o Espírito Santo (Cf. Jo 20,22). Leonardo Boff defende a idéia de que nas comunidades primitivas cristãs, conquanto houvesse hierarquias, a forma de governo não era hierárquica. O autor afirma que, no NT, é possível observar que a diversidade de formas de autoridade sugere uma estrutura colegial⁹⁹.

Dessa forma, entende-se que todos os apóstolos deveriam cooperar para o pastoreio da Igreja de Cristo. Ao que parece, Cristo enviou os seus discípulos a fim de que eles dessem continuidade à missão que o próprio Jesus recebera do Pai. A missão dos discípulos consistia, sobretudo, em proclamar a Boa Nova de salvação, pois “o Reino de Deus já chegou a vós” (Mt 12,28).

Todavia, Cristo sabia que os seus discípulos e, posteriormente, a sua Igreja jamais teriam condições de cumprir essa missão, sozinhos. Por isso, determinou que eles aguardassem em Jerusalém, a descida do Espírito (Cf. Lc 24,49; At 1,4). E, avisou-lhes de que receberiam o poder do Espírito (Cf. At 1,8). Com a descida do Espírito Santo, no Dia de Pentecostes (Cf. At 2,1-13), a promessa de Jesus Cristo aos seus apóstolos foi cumprida e, historicamente, a Igreja foi concretizada.

⁹⁶ Cf. BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém, op. cit.*, nota de rodapé “e”, p. 1828. Este texto afirma claramente o primado de Pedro sobre o colegiado apostólico.

⁹⁷ Cf. LAJE, Enrique J. *La Autoridad en la Iglesia*. Buenos Aires: Editorial Claretiana, 1977. p. 70. Este autor assim o faz claramente.

⁹⁸ Cf. Cf. BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém, op. cit.*, nota de rodapé “d”, p. 1737. Cf. também, GRUDEM, *op. cit.*, p. 718.

⁹⁹ Cf. BOFF, *op. cit.*, p. 81.

Mais do que isso, todo poder e autoridade que haviam sido dados a Jesus no céu e sobre a terra (Cf. Mt 28,18) e transmitido aos seus discípulos, por conseguinte, foi estendido a toda Igreja de Cristo (Cf. At 15,23-29; 1Cor 6,2-4; 12,28; Ef 4,11-16).

Ademais, para que a missão fosse cumprida até que Jesus voltasse (Cf. 1Cor 11,26), fazia-se necessário que outros apóstolos trabalhassem em conjunto com o grupo dos Doze. Isso pode ser comprovado no NT com o surgimento de outros homens que passaram a ser reconhecidos com o título de apóstolos: Paulo (Cf. 1Cor 15,9); Barnabé, Judas e Silas (Cf. At 14,14; 15,22); Silvano e Timóteo (Cf. 1Ts 1,1); Tiago de Jerusalém (Cf. Gl 1,19) Andrônico e Júnia (Cf. Rm 16,7). Com efeito, as Igrejas cristãs primitivas reconheciam a autoridade apostólica concedida por Cristo, a ponto dos apóstolos administrarem os bens na comunidade cristã (Cf. At 2,44-45; 4,34-35; 5,12-13). Dessa forma, foram surgindo vários líderes eclesiásticos com a responsabilidade de conduzir a comunidade que, historicamente, originou-se do povo de Israel e pertencia a Deus e Deus a ela; formada por aqueles que foram batizados em nome de Cristo, celebravam o seu corpo eucarístico e entendiam que Ele era o único Cabeça; e, que foram agraciados com os carismas do Espírito, recebendo Dele poder para ser sinal de Deus na terra ¹⁰⁰.

Em suma, o princípio de autoridade nas Igrejas cristãs primitivas foi se desenvolvendo até culminar com a sua institucionalização que para a Tradição Católica é um conceito relativo e que no seu desenvolvimento, no Ocidente, terminou por sufocar a estrutura carismática da Igreja, sobrepondo-se a estrutura oficial que foi se incorporando ao ministério eclesiástico ordenado ou consagrado, culminando com a hierarquização da Igreja ¹⁰¹. Pelo lado protestante, a hierarquização plena das Igrejas, às vezes, esbarra em um ponto crucial: o reconhecimento do sacerdócio individual de todos os crentes. Isto é, cada cristão tem acesso direto a Deus mediante o sacerdócio de Jesus Cristo, não necessitando de nenhuma espécie de mediador (Cf. 1Tm 2,5). Ademais, esse princípio associado à idéia de que cada cristão é fundamental para o aperfeiçoamento do

¹⁰⁰ Cf. SCHNEIDER, *Manual de Dogmática, op. cit.*, pp. 89-92. Cf. também, ERICKSON, *op. cit.*, pp. 439-444.

¹⁰¹ Cf. SCHNEIDER, *Manual de Dogmática, op. cit.*, p. 100.

Corpo de Cristo (Cf. Rm 12 e 1Cor 12), dificulta um sistema totalmente hierarquizado ¹⁰²; entretanto, facilita a fragmentação da Igreja.

Seja como for, evidentemente, o princípio de autoridade nas Igrejas cristãs é imprescindível para que essa possa cumprir sua missão. Contudo, não se deve desprezar a realidade social que a cerca. Isso implica dizer que não cabe a hierarquia das Igrejas impor regras e normas, ou responder a perguntas que a sociedade não fez. Ao contrário, as hierarquias têm a responsabilidade de procurar respostas, juntamente com a sociedade, às crises e aos sofrimentos que a humanidade enfrenta. As Igrejas devem ser o sinal de Deus na história concreta. Para tanto, elas devem considerar as realidades humana, social, política, teológica e espiritual que as cercam. Mais do que isso, uma eclesiologia que não atenta para um contexto histórico-social, teológico e para a ação do Espírito Santo, mediante a fé, deixa de ser sinal de Deus presente e atuante na terra, e o que é pior, perde a sua autoridade.

Sendo assim, deve-se reconhecer que o princípio de autoridade é essencial para se governar a Igreja de Cristo. Todavia, o reconhecimento da autoridade eclesiástica, bem como, das hierarquias não deve restringir, limitar ou extinguir a ação do Espírito (Cf. 1Ts 5,19). Além disso, não se deve esquecer que Cristo é o Senhor da Igreja, que o Espírito Santo continua soprando sobre ela, e que a hierarquia é necessária para conduzir a Igreja de Cristo. A autoridade eclesiástica é proveniente de Cristo. E a ênfase recai sobre a comunidade de fé que existe concretamente pela ação do Espírito Santo ¹⁰³.

3.3.

As formas de governo nas Igrejas cristãs

¹⁰² Cf. ERICKSON, *op. cit.*, p. 457.

¹⁰³ Cf. PAULO VI. *Constituição Dogmática Lumen Gentium Sobre a Igreja*. http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_const_19641_121_lumen-gentium_po.html, acesso em 07/09/2011, as 15:23'. Cf. *Lumen Gentium* 9, 10, 12, 33, 37.

O Corpo vivo de Cristo não é uma monarquia absoluta, da mesma forma que não pode ser uma democracia, nem nenhuma outra organização meramente humana. A Igreja é o novo “Povo de Deus” que deve ser conduzida por seus verdadeiros pastores, aqueles que foram instituídos e receberam a autoridade de Cristo, por intermédio do Espírito (Cf. At 1,8; Ef 4,11).

Conforme indicado na introdução deste capítulo a Igreja contempla duas dimensões. Enquanto organismo espiritual ela é conduzida, única e exclusivamente, pelo Espírito Santo. Todavia, enquanto organização ela é dirigida pelo Espírito, por intermédio da liderança eclesial instituída. Portanto, para que as Igrejas cristãs institucionalizadas possam subsistir na concretude, organizadamente, torna-se imprescindível a existência de uma forma de governo. Não há dúvidas de que já existiam formas de governos presentes nas comunidades cristãs, nos tempos apostólicos (Cf. At 20,7; Hb 10,25). De acordo com Leonardo Boff, nas comunidades primitivas a autoridade foi encarnada de maneiras diferentes e, por conseguinte, havia certa diversidade nos modos de governar a Igreja. Segundo o autor, nas comunidades paulinas, em Corinto, a estrutura eclesial era carismática. Contudo, na comunidade de Jerusalém era sinagoga, com um conselho de presbíteros. Nas comunidades destinatárias das epístolas pastorais, essa estrutura girava em torno dos delegados apostólicos com seu presbitério, limitando a participação dos demais cristãos ¹⁰⁴. Seja como for, ao longo dos tempos, as Igrejas cristãs foram crescendo e se organizando, culminando com a necessidade de se instituir alguma forma de governo eclesial capaz de conduzir o Povo de Deus.

3.3.1.

A forma de governo Episcopal

¹⁰⁴ Cf. BOFF, *op. cit.*, p. 81.

Não obstante, conforme alguns estudiosos, há, basicamente, com raríssimas exceções, três modelos de governo nas Igrejas cristãs. Eles concordam que o modelo mais estruturado e antigo que surge é o Episcopal ou Monárquico. O título apóia-se na palavra grega *episkopos* que significa supervisor. Nessa forma de governo a autoridade na Igreja repousa sobre o bispo ou superintendente. A idéia central é de que Cristo confiou o governo da sua Igreja na terra a uma hierarquia de líderes eclesiásticos chamados Bispos, os quais seriam sucessores diretos dos apóstolos, principalmente de Pedro, considerado como representante especial de Cristo ¹⁰⁵. O governo episcopal pode ser simples, com apenas um nível de bispos que exercem a mesma autoridade e supervisão nas Igrejas, como no caso da Igreja Metodista Unida e a Igreja da Santidade Pentecostal; um pouco mais desenvolvido, como no caso da Igreja Anglicana; e, bem mais elaborado, como o sistema de governo da Igreja Católica Romana ¹⁰⁶. Como bem observou Ghislain Lafont, na Igreja Católica Romana houve uma evolução da tríplice hierarquia, a saber: episcopos, presbíteros e diáconos ¹⁰⁷, tendo como figura central o papa. Pode haver ainda divisões em níveis de ministério ou graus de ordenação, configurando melhor o sistema hierárquico: bispos, presbíteros, ministros ou sacerdotes, clérigos e diáconos ¹⁰⁸.

3.3.2.

O sistema Presbiteriano

No sistema Presbiteriano a autoridade é depositada sobre o presbítero ou “ancião da Igreja”. Embora possua um sistema de governo menos centralizado, a

¹⁰⁵ Cf. BERKHOF, *op. cit.*, p. 584; e, cf. SCHNEIDER, *op. cit.*, p. 312; e, muitos outros.

¹⁰⁶ Cf. HORTON, *op. cit.*, p. 559. Cf. BERKHOF, *op. cit.*, p. 584. De acordo com L. Berkhof, no caso da Igreja Católica Romana, o povo não possui nenhuma voz no governo eclesiástico.

¹⁰⁷ Cf. LAFONT, Ghislain. *Imaginar a Igreja católica*. São Paulo: Loyola, 2008. pp. 117-137. O autor escreve um capítulo interessante sobre a Igreja como comunhão estruturada onde ele faz alguns esclarecimentos sobre a constituição hierárquica da Igreja.

¹⁰⁸ Cf. ERICKSON, *op. cit.*, pp. 454.

autoridade é exercida mediante uma série de concílios, representado pela liderança da Igreja. Há o Supremo Concílio, constituído por clérigos e leigos, que representaria a Assembléia Geral das Igrejas Presbiterianas; o Sínodo, também formado por clérigos e leigos escolhidos pelo presbitério; o Presbitério, que consiste em anciãos responsáveis por governar e ensinar as comunidades locais, distribuídos por regiões geográficas; e o Concílio da Igreja local, também formado por anciãos que governam e ensinam. Contudo, eles ficam restritos as decisões locais ¹⁰⁹. L. Berkhof salienta que o sistema Presbiteriano permite certa relatividade no governo da Igreja local. Ele afirma que a Igreja local possui autonomia e “não há absolutamente necessidade de se lhe impor nenhum governo de fora” ¹¹⁰. Todavia, segundo o autor, essa autonomia é limitada em relação às Igrejas associadas.

3.3.3.

O modelo Congregacional

Millard Erickson destaca a forma de governo Congregacional, em que a Igreja local exerce a sua autoridade, por intermédio da sua autonomia. Esse sistema se aproxima da democracia, concedendo bastante poder aos leigos. Todas as decisões são tomadas pela membresia da Igreja local, sem a necessidade de interferência de autoridades eclesiásticas exteriores à Igreja ¹¹¹. Essa forma de governo é bem empregada nas Igrejas Batistas do Brasil. Entretanto, isso não significa que esse sistema seja totalmente popular submetendo a liderança eclesiástica local à vontade do povo; nem que não haja um compromisso de cooperação entre essas Igrejas cristãs com as demais ¹¹². A Igreja local é

¹⁰⁹ Cf. HORTON, *op. cit.*, p. 561. Convém ressaltar, que nessa forma de governo, ainda que haja distinções entre os níveis de poder, as duas estâncias maiores são formadas por clérigos e leigos, possibilitando uma maior participação dos leigos nas decisões da Igreja.

¹¹⁰ BERKHOF, *op. cit.*, p. 594.

¹¹¹ Cf. ERICKSON, *op. cit.*, p. 456.

¹¹² Cf. BERKHOF, *op. cit.*, p. 585. Como afirma o autor.

totalmente autônoma em relação ao seu governo local. E, somente Cristo, por intermédio da sua Palavra, através do Espírito Santo, na pessoa do pastor e da liderança local em conjunto com a sua membresia, exerce total autoridade sobre a Igreja ¹¹³.

3.3.4.

Outras formas de governo

L. Berkhof apenas relata a forma de governo Erastiano. Segundo o autor, esse sistema considera a Igreja intrinsecamente ligada e subordinada ao Estado. Logo, os oficiais da Igreja são apenas educadores e pregadores da Palavra cabendo ao Estado disciplinar e governar a Igreja. Esse modo de governo foi aplicado a algumas Igrejas de confissão luterana como na Inglaterra, Escócia e Alemanha. O autor destaca que esse princípio entra em conflito com o senhorio de Cristo e não reconhece que a Igreja e o Estado “são distintos e independentes em sua origem, em seus objetos primordiais, no poder que exercem e na administração desse poder” ¹¹⁴. Talvez, por isso, esse modelo já foi superado.

L. Berkhof ressalta duas exceções, a saber: as Igrejas que não possuem governo, como os *Quacres* (amigos) e os Irmãos de Plymouth (darbistas). Ele afirma que ambos acreditam que não há necessidade de governo eclesiástico, pois, este degenera o espírito de Cristo. Sendo assim, de acordo com o autor, estes não apenas rejeitam, porém consideram pecaminosa toda e qualquer organização eclesiástica ¹¹⁵. Millard Erickson acrescenta que estes crêem que cabe ao Espírito Santo exercer sua influência sobre os cristãos individualmente ¹¹⁶.

¹¹³ Cf. *Ibid.*, p. 585. L. Berkhof salienta o efeito desintegrador desse sistema. Pois a Igreja está sujeita a arbitrariedades em seu governo, não havendo a quem recorrer. Atualmente, percebe-se que o autor estava correto, principalmente, no caso de algumas Igrejas Neo-Pentecostais em que o povo é afastado das decisões fundamentais para o andamento da Igreja, abrindo as portas para o autoritarismo espiritual, que será tratado mais adiante.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 583.

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ Cf. ERICKSON, *op. cit.*, p. 456.

3.3.5.

Bases para a legitimação das formas de governo

De acordo com Michael Dusing, os três primeiros modelos encontram base bíblica no NT. As Igrejas cristãs recorrem a esses textos para legitimar a sua forma de governo. O cargo de bispo (Cf. 1Tm 3,1-7; Tt 1,5-9), *episkopos* e *presbuteros* (Cf. At 15,4,22; Fl 1,1), depende da forma como as Igrejas interpretam esses textos. Há o caso de um mesmo texto (Cf. At 15) ser utilizado para legitimar duas formas de governos eclesiásticos diferentes. O texto citado acima, associado à Gl 1,19; 2,9 têm levado alguns estudiosos a entender que Tiago exercia o papel daquele que presidia o concílio, com autoridade de bispo (sistema Episcopal); e outros (defensores do sistema Presbiteriano) a vê-lo como um moderador, ou seja, apesar de presidir o concílio, Tiago apenas possuía autoridade como os demais, representando a sua Igreja. O autor destaca referências bíblicas que favorecem o sistema Congregacional (Cf. At 6,2-4; 11,22; 14,23). Ele sugere que a Igreja primitiva era responsável por eleger os seus próprios líderes e que a congregação local possuía a incumbência de manter a sã doutrina, inclusive, disciplinando quando necessário (Cf. Mt 18,15-17; 1Cor 5,4-5; 1Ts 5,21-22; 1Jo 4,1) ¹¹⁷.

Em suma, fica evidente que nenhum modelo eclesiástico apresentado, em si, esgotou todas as possibilidades de governo das Igrejas cristãs primitivas. Ao contrário, percebe-se que a diversidade parece satisfazer as necessidades, dentro da realidade de como cada comunidade cristã foi instituída. Sem dúvida, há aspectos positivos e negativos em cada modelo. No entanto, para as Igrejas cristãs atuais, convém ressaltar que o mais essencial é que a forma de governo seja adequada a fim de que a Igreja sustente a sua identificação com o seu Senhor, mantenha a unidade e o respeito com as outras Igrejas cristãs, e possa cumprir sua missão na sociedade em que está inserida.

¹¹⁷ Cf. DUSING, Michael in HORTON, *op. cit.*, p. 561.

3.4.

A hierarquia nas Igrejas cristãs

Como assinalado no início do capítulo, seria praticamente impensável constituir uma organização ou instituição humana, que funcionasse sem o princípio da autoridade. Desde os primórdios, para se viver em sociedade, é preciso haver algum princípio norteador do agir humano. A realidade aponta para a necessidade de se estabelecer normas a fim de que a autonomia do ser humano seja preservada, sem prejuízos. Contudo, para que o princípio da autoridade seja observado é necessário que haja uma hierarquia, a fim de preservar a ordem estabelecida. Não se pretende reconstituir todo o processo de desenvolvimento da hierarquia, desde os primórdios, passando pela contribuição da cultura helenística, até os dias de hoje. Esse não é o objetivo desta pesquisa. Contudo, convém apenas ressaltar que a “hierarquiologia” é fundamental para se conhecer o processo de estruturação das instituições humanas ¹¹⁸.

Posto isto, nas instituições eclesíásticas não é diferente. No desenvolvimento da Igreja-instituição, estabeleceu-se a hierarquia que, em princípio, tinha por objetivo proteger a sã doutrina e manter a unidade na fé. A Igreja sofria perseguições, estava sendo dividida e a hierarquia foi fundamental para se manter a unidade eclesiológica. Todavia, conquanto essa estrutura seja justificável historicamente devido às ameaças enfrentadas pela Igreja, ao que parece, a instituição eclesíastica, em seu início, teve como alicerces estruturais o Cânon do NT e a linha de sucessão apostólica, contudo, a Igreja ainda permanecia livre do poder. Com efeito, nas Igrejas cristãs primitivas a autoridade era oriunda da vivência do mistério de Cristo, dos ensinamentos dos apóstolos, dos carismas do Espírito, e a unidade da Igreja era mantida pela fé. Contudo, com a virada

¹¹⁸ Cf. SCHÜLER, Arnaldo. *Dicionário enciclopédico de teologia*. Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2002. p. 231. Conforme o autor, a hierarquiologia é a “Ciência que tenta, através de estudos objetivos, proporcionar um conhecimento mais profundo da estrutura das organizações humanas”. Cf. CONGAR, Yves. *Igreja serva e pobre*. Lisboa: Logos, 1964. p. 81. Diferente concepção tem o padre Y. Congar do termo hierarquiologia, considerado por ele como o exagero da hierarquia. Sendo, portanto, um termo crítico e depreciativo.

constantiniana no século IV, o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano e, a Igreja foi hierarquicamente, institucionalizada. Assumiu-se a ideologia do Império, e a Igreja sofreu uma forte institucionalização semelhante à que havia no Império Romano. A Igreja-instituição, por meio de sua hierarquia, compreendeu-se como investida do poder divino e responsável em conduzir o Povo de Deus, no caminho da verdade. Dessa forma, o Imperador e Cristo foram equiparados, o poder hierárquico imperial foi instaurado e a Igreja se tornou uma instituição imperial.

De acordo com L. Boff, a partir do século XI, iniciou-se uma nova etapa na Igreja-instituição. Gregório VII inaugurou uma nova ideologia do poder absoluto do Papado. O poder sagrado foi elevado sobre o poder secular. O Papa se tornou o único soberano, inquestionável, e a Igreja Romana a detentora de toda a Verdade. Nas palavras de L. Boff: “o *Summus Pontifex* assumia a herança do Império Romano e se instituía como poder absoluto, casando em sua pessoa o *sacerdotium* e o *regnum*”¹¹⁹. Desse modo, o Papa foi identificado com o Cristo, e não mais o Imperador. Essa absolutização do poder papal inaugurou o lastro eclesiológico que permaneceu nos meios teológicos católicos até o século XIX. De certa forma, a Igreja-instituição foi confirmando o poder e o poder foi sedimentando e fortalecendo a hierarquia na Igreja.

Convém ressaltar que nas Igrejas cristãs Protestantes oriundas do Movimento da Reforma¹²⁰, embora as lideranças eclesiásticas não possuíssem uma estrutura eclesiástica tão organizada hierarquicamente como a Igreja Católica Romana, na medida em que se sentiam ameaçadas, quer por questões teológicas, quer por questões ideológicas, provocavam rupturas. Isso pode ser evidenciado com John Wesley que apesar de ter se afirmado como membro da Igreja Anglicana, foi o fundador da Igreja Metodista¹²¹. Isso demonstra que principalmente no Protestantismo quando surgiam as controvérsias, os líderes eclesiásticos apelavam para uma espécie de auto-equiparação a Pessoa de Cristo, e organizavam uma nova denominação.

Outra consideração importante, no processo de sedimentação do poder hierárquico na Igreja Católica foi feita por Yves Congar. Ele afirmou que sempre

¹¹⁹ BOFF, *op. cit.*, p. 98.

¹²⁰ Sobre o Movimento da Reforma e as Igrejas Protestantes, tratar-se-á mais adiante.

¹²¹ Cf. GRUDEM, *op. cit.*, p. 738.

quando a Igreja percebia que a sua autoridade era questionada ¹²², tanto no Concílio de Trento (1562-1563) quanto, sobretudo, no Concílio Vaticano I (1869-1870), ela não somente reafirmava a sua autoridade, como também, centralizava-a em torno da hierarquia, inclusive, fixando uma eclesiologia dominante a ponto de tornar a questão da autoridade hierárquica em uma “hierarquiologia” ¹²³. A idéia e o exercício da autoridade tornaram-se exclusivamente papal, o *episcopus universalis*. Ou seja, por causa dessa ênfase demasiada na questão da hierarquia e da autoridade papal, em face dos questionamentos, tendeu-se a absolutização da autoridade, abrindo as portas para o autoritarismo ¹²⁴.

Obviamente, reconhece-se que depois de Trento o exercício de autoridade na Igreja Católica Romana se caracterizou com o poder centrado no Papa, e uma ênfase na hierarquia. Contudo, entende-se que tanto o Concílio Tridentino quanto o Vaticano I não ignoraram, por assim dizer, a Igreja como Corpo de Cristo. Na verdade, acentuaram o aspecto institucional e hierárquico da Igreja, devido às circunstâncias históricas. Da mesma forma, percebe-se que o Concílio Vaticano II (1962-1965) esforçou-se para corrigir alguns excessos da hierarquia, enfatizando mais a questão da fé e do episcopado, e buscando uma visão mais equilibrada da Igreja. Tanto que a hierarquia e o laicato aparecem como estruturas de um único Povo de Deus ¹²⁵.

¹²² Principalmente, no caso do Movimento da Reforma Protestante.

¹²³ Cf. CONGAR, *Igreja serva e pobre*, op. cit., p. 81.

¹²⁴ Também sobre esse tema, tratar-se-á posteriormente.

¹²⁵ Cf. FRIES, Heinrich in FEINER, Johannes & LÖHRER, Magnus (Ed.). *Mysterium Salutis. Compêndio de Dogmática Histórico-Salvífica. A Igreja: Igreja, povo de Deus e sacramento radical*. Vol. IV/2. Petrópolis: Vozes, 1975. pp. 5-59. Na *Mysterium Salutis*, Heinrich Fries apresenta um importante estudo sobre a evolução das imagens da Igreja relacionada como os respectivos períodos históricos. Desde a época dos três primeiros séculos da Igreja como mistério; passando pela virada constantiniana com a Igreja como Império e suas implicações políticas; chegando a Idade Moderna em que a Igreja Católica Romana foi duramente criticada, questionada e desafiada, sobretudo pela Reforma protestante (p. 30). Isto provocou uma reação da Igreja que culminou com a sua hierarquização. Mais adiante, no período do racionalismo, a secularização da fé forçou a Igreja a se ver como instituição e sociedade, produzindo efeitos negativos e positivos. Por um lado, enfatizou-se a moralidade como uma das virtudes que caracterizavam o verdadeiro culto a Deus (p. 40). Por outro lado, os bispos foram liberados dos compromissos políticos e seculares, possibilitando-lhes se voltarem para as suas atribuições espirituais e pastorais (p. 42). Com o primeiro Concílio do Vaticano a Igreja sublinha o seu caráter misterioso com o Corpo de Cristo. Ela se entende, dogmaticamente, como comunidade verdadeira, perfeita, espiritual e sobrenatural de Deus e enfatiza a questão do Primado (p. 46). Já o Concílio Vaticano II acentua a dimensão pastoral da Igreja, buscando a renovação por meio da fé em Jesus Cristo, visando a solidariedade, o diálogo, o acolhimento, a cooperação e a integração entre os homens concretos (p. 51).

Não obstante, a Igreja não é uma instituição meramente humana ou monárquica. Como já foi explicitado, ela é um organismo dinâmico, cheio de vida e que deve produzir mais vida. A Igreja é o Corpo de Cristo atuante na Terra. Ela reconhece apenas Jesus Cristo como o seu fundamento Primordial e o Espírito Santo como força proveniente de Deus que moveu os apóstolos e move toda a Igreja. Nas palavras de Y. Congar, a Igreja de Cristo foi instituída e fundada pelos apóstolos cheios do Espírito, “na medida em que comunicam aos fiéis o Espírito que haviam recebido do Senhor”¹²⁶. Não se pretende, com essa pesquisa, menosprezar o papel da hierarquia nas Igrejas cristãs, nem católicas, nem protestantes. Todavia, convém considerar que a noção de hierarquia implícita tanto no AT quanto no NT, parece ser um pouco diferente do que a aplicada por algumas Igrejas cristãs, atualmente. Pode-se perceber no AT que alguns líderes instituídos por Deus, *a priori*, recorriam a Ele, colocavam-se a disposição para serem julgados, não se aproveitavam da função que exerciam em benefício próprio, e estavam mais preocupados em servir (Cf. Nm 16,15; 1Sm 12,3; Ne 5,14). Os pastores de Israel eram responsáveis por cuidar do rebanho de Iahweh. Por isso, os profetas Jeremias e Ezequiel advertiram os falsos pastores afirmando que “ai daqueles que dispersassem ou desviassem as ovelhas de Israel”, para apascentarem a si mesmos (Jr 23,1-6; Ez 34). Do mesmo modo, no NT, o princípio de hierarquia estava baseado em virtudes e valores, como humildade e serviço. Jesus ensinou aos seus discípulos que o maior era o menor, isto é, aquele que estava disposto a servir, como uma criança (Cf. Mc 9,34; Lc 9,46). Ele colocou uma criança no meio dos apóstolos para demonstrar que quem quiser ser grande, deveria ser humilde, simples, pequeno (Cf. Mt 18,1-4). Aos discípulos que estavam preocupados com os primeiros lugares, Jesus afirmou que não cabia a ele decidir, mas ao Pai (Cf. Mc 10,35-40; Mt 20,20-23). O apóstolo Paulo também se preocupou em demonstrar que a liderança não deveria se aproveitar de nenhuma situação, antes, precisariam trabalhar a fim de não serem pesados a ninguém, provendo o seu próprio sustento (Cf. 1Ts 2,9; 2Ts 3,8). Isso implica em servir e não ser servido, a exemplo de Jesus (Cf. Mc 10,45).

¹²⁶ CONGAR, Yves. *Ele é o Senhor e Dá a Vida*. Coleção creio no Espírito Santo 2. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 19.

De igual forma, também tão importante para a Igreja, são as afirmações paulinas de que Jesus Cristo foi (e continua sendo) a fonte de poder das comunidades cristãs. Ele é a Cabeça do Corpo que deve estar bem ajustado (Cf. Rm 12,5; 1Cor 6,15; 12,12; 12,27; Ef 1,23; 4,16; 5,30), pois, sem Ele, conforme as suas próprias palavras na compreensão joanina, “nada pode ser feito” (Jo 15,5). É interessante como Y. Congar resgata essa idéia para afirmar que por intermédio de Jesus Cristo, Deus é tudo em todos ¹²⁷. Sendo assim, a hierarquia também deveria proceder em sua vida diária, a exemplo do viver do Senhor da Igreja. Paulo trouxe uma boa imagem de como cada cristão deveria agir. Percorrendo alguns ensinamentos paulinos, aprende-se que os primeiros cristãos viviam uma vida de serviço por amor a Cristo; proclamavam somente a Ele; e viviam a liberdade concedida por Ele, no amor. Porque todos pertenciam a uma mesma família, a família de Deus, e todos aqueles que criam deveriam buscar crescer no conhecimento de Cristo, sem julgar, enganar, ou oprimir o seu irmão (Cf. 1Cor 9,19-23; 2Cor 4,5; Gl 5,13; Ef 2,19-22; 4,15; Cl 2,16ss). Pedro ratificou essa idéia afirmando que a Igreja toda é raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo particular de Deus; e, todos deveriam ser bons despenseiros da multiforme graça de Deus, conforme os carismas recebidos (Cf. 1Pd 2,9-10; 4,10). Isso implica dizer, segundo Y. Congar, que as relações humanas, sobretudo eclesiais, deveriam ser vividas no Senhor ¹²⁸. Sendo assim, o papel da hierarquia precisa ser compreendido no sentido de salvaguardar a fidelidade aos ensinamentos de Jesus e da tradição apostólica, bem como, ajudar os fiéis a manterem a fé e unidade no Espírito, pelo vínculo da paz (Cf. Ef 4,3). Portanto, é fundamental que o caminho da verdadeira autoridade eclesial esteja mergulhado na comunhão, humildade, serviço e amor cristão; e, seja iluminado e guiado pelo Espírito Santo.

Por fim, a função da hierarquia na Igreja, a exemplo das comunidades cristãs primitivas, deve abarcar quatro áreas principais da vida religiosa, a saber: ensino (Cf. 1Tm 3,2; 5,17; Tt 1,9); cuidados pastorais (Cf. Jo 21,15-17; 1Tm 3,5; Hb 13,17; 1Pd 5,2); administração (Cf. 1Pd 5,1-4); e serviço (Cf. Mc 9,42-44; 10,45; Lc 22,27).

¹²⁷ Cf. *Id.*, *Igreja serve e pobre*, p. 98.

¹²⁸ Cf. *Ibid.*, p. 104.

3.5.

O autoritarismo e as Igrejas cristãs

Pôde-se observar como o princípio de autoridade, instituído por Deus, foi se desenvolvendo nas Igrejas cristãs primitivas. Esse princípio norteador foi fundamental para que a Igreja de Cristo sobrevivesse, ao longo dos tempos, em sua estrutura eclesiástica. Todavia, a fonte desse poder está em Jesus Cristo. Ele revestiu a Igreja de poder e autoridade a fim de que nem as portas do inferno prevalecessem contra ela (Cf. Mt 16,18). Cristo concedeu a Pedro e aos demais discípulos poder para ligar e desligar, nos céus e na terra (Cf. Mt 16,19).

No entanto, a natureza desse poder é espiritual. Ele foi concedido por Cristo por meio do Espírito para pastorear o rebanho de Deus (Cf. At 1,8; 20,28). Portanto, ele só deve ser usado em nome de Cristo e sob o domínio do Espírito Santo (Cf. Jo 20,22-23)¹²⁹. Por isso, essa autoridade não deve, sob hipótese alguma, ser transformada em um poder coercitivo. Ela não deve servir para dominar, manipular ou até mesmo induzir, ainda que com “boas intenções”, a Igreja de Cristo. Cristo é Senhor da Igreja. Ele a governa por meio do Espírito Santo. Reconhece-se que na concretude da vida o governo eclesiástico se realiza por meio da hierarquia da Igreja. Todavia, por um lado, a hierarquia não deve fazer uso do poder eclesiástico para modelar o comportamento e as atitudes dos fiéis, reivindicando para si o direito de decidir por eles. Mas, por outro, a hierarquia tem a responsabilidade de conduzir a Igreja de acordo com os ensinamentos de Cristo. Ela deve levar os cristãos a buscarem um modo de viver a vida cristã conforme a vocação com que foram chamados (Cf. Ef 4,1; Cl 3,12-15).

Posto isto, através de uma breve retrospectiva da história eclesiástica ocidental, constatar-se-á, que após a virada constantiniana a Igreja como império passou a predominar até tornar-se um império cristão. Ela se tornou *religio licita*. Dentro desse contexto, assumiu posições políticas importantes e se tornou mais poderosa influenciando também no poder civil, instituindo-se uma espécie de

¹²⁹ Cf. BERKHOF, *op. cit.*, p. 599. Também cf. GRUDEM, *op. cit.*, p. 744.

eclesiologismo. Com efeito, as verdades dogmáticas foram estabelecidas pela Igreja, como no período da Inquisição¹³⁰. Apesar disso, na Idade Moderna, a razão passou a determinar o que era a verdade, e, aos poucos, o poder eclesiástico foi perdendo força. Progressivamente, na medida em que o racionalismo foi se estabelecendo na sociedade, à Igreja coube um papel secundário em relação à verdade. A verdade foi sendo submetida ao crivo da razão. Contudo, na atualidade, quem ou o que determina a verdade? Percebe-se que a verdade, principalmente após o período do Renascimento, que ficou conhecido como Humanismo, é determinada pelo ser humano e as suas experiências. O conceito de verdade passa pelo tato, pelo que a pessoa sente, e pelo que funciona. Desta forma, toda verdade instituída “de fora”; isto é, qualquer forma de verdade dogmática, com pretensão de absolutização ou universalização da verdade, é veementemente rejeitada nessa sociedade contemporânea.

No entanto, como mencionado anteriormente, quem determina a verdade na Igreja Católica Romana, em matéria de fé, liturgia e práxis religiosa, é o Papa. *A priori*, isso pode parecer ruim, tendo em vista a possibilidade daquele que governa a instituição, imbuído de todo poder, agir autoritariamente. Com efeito, é importante destacar que a religião está intimamente ligada à política. E, desse modo, nota-se que assim como alguns seres humanos fazem uso da autoridade para manter o poder político, outros podem fazer o mesmo para sustentar o poder eclesiástico. Ademais, percebe-se que há alguns elementos de autoritarismo, de opressão e de manipulação bem presentes, que sobrevivem mesmo nos regimes democráticos. E, não somente na esfera política, mas, também na religiosa. Dessa forma, entender que a Igreja Católica Romana, que possui uma forma de governo eclesiástico Monárquico, eleja e defina o Papa como representante eclesiástico sobre assuntos relacionados à fé e a *práxis* religiosas pode ser, até certo ponto, considerado admissível e compreensivo. Basta considerar toda a Tradição da Igreja, principalmente a questão da sucessão apostólica e as suas estruturas hierárquicas. Afinal, são séculos de história.

¹³⁰ Cf. L. Grigulévitch, conquanto a Inquisição da Igreja Católica seja coisa do passado, tanto as suas tradições e métodos quanto o seu espírito sobrevivem, ao longo dos tempos. Segundo o autor, isto pode ser constatado no Estado Burguês moderno, nos tratamentos aplicados pelas autoridades norte-americanas à população negra, aos grevistas, aos estudantes e presos políticos, a alguns racistas na África do Sul e, principalmente, aos invasores israelitas em terras árabes ocupadas. GRIGULÉVITCH, Lossif. *História da Inquisição*. Lisboa: Caminho, 1990. p. 403.

Contudo, o que dizer do autoritarismo eclesiástico nas Igrejas cristãs Protestantes? E, o que é pior, como aceitar o autoritarismo de alguns líderes eclesiásticos nas Igrejas que não possuem toda uma estrutura hierarquizante e afirmam como autoridade suprema, apenas as Sagradas Escrituras e Cristo?

Primeiro, convém destacar que as Igrejas cristãs Protestantes surgem do movimento da Reforma Protestante ¹³¹ que, ao que parece, Lutero não tinha a menor intenção de promover ¹³². Não se encontra nos escritos de Lutero, nem implícita muito menos explicitamente, alguma afirmação de que ele buscasse instituir uma nova Igreja. Ele apenas pretendia obter esclarecimentos teológicos, principalmente, em relação à questão do valor das indulgências ¹³³. Lutero desejava tão somente reformar a Igreja de seu tempo, sem dividi-la ¹³⁴. Todavia, as 95 teses de Lutero, fixadas na porta da Igreja em Wittenberg em 31 de outubro de 1517, serviram como o estopim para o movimento da Reforma ¹³⁵. E, conseqüentemente, para a origem do Protestantismo representado, inicialmente, pelas Igrejas Luteranas, Anglicanas, Reformadas ou Calvinistas, Anabatistas; e, posteriormente, seguiram-se algumas ramificações como as Igrejas Presbiterianas, Congregacionais, Batistas, Metodistas, Adventistas, Pentecostais, e as Igrejas Neo-pentecostais.

Com efeito, não é possível expor, no presente trabalho, todas as estruturas hierárquicas das referidas Igrejas cristãs Protestantes. No entanto, para efeito dessa pesquisa é suficiente ter em mente que as Igrejas citadas são oriundas de um mesmo movimento. Portanto, eclesiologicamente, não possuem uma tradição

¹³¹ Cf. LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas: O Programa da Reforma: Escritos de 1520*. Vol. II. São Leopoldo: Sinodal. Porto Alegre: Concórdia, 1989. Para compreender melhor o Movimento da Reforma. Cf. MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias: IV A era contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1997. Para entender a Igreja e a questão social.

¹³² Cf. MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias: I A era da Reforma*. São Paulo: Loyola, 1995. pp. 51-115. O autor tenta traçar as reais causas da Revolução Protestante e reconhece a dificuldade relacionada aos problemas historiográficos e metodológicos.

¹³³ Cf. PAULO VI. *As Indulgências: Constituição Apostólica Indulgentiarum Doctrina. Decretando a revisão das indulgências*. Petrópolis: Vozes, 1967. Para uma compreensão correta sobre o tema das indulgências, bem como, o seu respectivo valor na visão católica. Nesse documento o Papa reconheceu que, às vezes, houve abuso no uso das indulgências. Todavia, afirma que a Igreja Católica vem retificando e corrigindo os abusos, mantendo o seu uso na Igreja, p. 19. Ver também o Decreto sobre as Indulgências (DS 1835) do Concílio Tridentino.

¹³⁴ Cf. GRUDEM, *op. cit.*, p. 738. Assim compreendem as Igrejas protestantes.

¹³⁵ Cf. LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas: Os Primórdios Escritos de 1517 a 1519*. Vol. I. São Leopoldo: Sinodal. Porto Alegre: Concórdia, 1987. pp. 22-29. Para ler as 95 teses na íntegra.

milênar, a menos que se assuma a Tradição Católica, o que parece muito improvável, principalmente, por causa do anticatolicismo ¹³⁶.

Outra consideração importante é que, de acordo com os estudiosos, Lutero tinha como princípios fundamentais a *Sola Scriptura*, a *Sola Gratia* e a *Sola Fide*. Isso implica dizer que as Igrejas oriundas da Reforma deveriam ser governadas e dirigidas por esses princípios. Sendo assim, a autoridade na Igreja cristã, para os protestantes, deve ser exercida em conformidade, unicamente, com a Bíblia Sagrada e com os princípios ensinados por Cristo. Isso parece corroborar com o pensamento de Lutero que na explicação escrita do debate sobre o Valor das Indulgências, na Tese 62, reafirma que “o verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus”; e, inclusive, utiliza o texto paulino de Rm 1, para identificar o Evangelho com o Filho encarnado de Deus, isto é, o próprio Cristo ¹³⁷. Torna-se evidente que as Sagradas Escrituras, representadas pelo Evangelho e Cristo, são fundamentais na teologia luterana, bem como, dos reformadores. Entretanto, isso não significa dizer que Lutero, e os demais reformadores, desprezassem as autoridades eclesiásticas (Cf. Lc 10,16) e seculares. Ao contrário, tanto Lutero quanto João Calvino, exortavam aos fiéis a cederem às autoridades com reverência, alegando que toda autoridade é estabelecida por Deus e quem resiste à autoridade, resiste à ordenação de Deus e traz sobre si condenação (Cf. Rm 13,1-2) ¹³⁸. Todavia, essa obediência não deveria ser cega, nem ser exercida pelo fato de se concordar e aprovar uma suposta imposição que estivesse sendo proposta. Ao contrário, a obediência era submetida aos limites da autoridade ¹³⁹. Porém, se fosse pertinente, a obediência teria que ser acolhida por causa dos princípios cristãos da longanimidade e tolerância (Cf. Mt 5,25.38-41). Ademais, Lutero e Calvino também entendiam que

¹³⁶ Cf. CARROLL, James Milton. *O Rasto de Sangue*. S/lugar. S/editora, 1960. Para alguns cristãos protestantes, essa idéia é absurda e inimaginável. Por exemplo, o referido autor defendeu a tese de que as Igrejas Batistas eram oriundas diretamente do movimento de João Batista, ou seja, neste caso, pré-cristã. Nesta obra ele busca traçar uma linha histórica eclesiológica das Igrejas Batistas, ligando-as ao movimento de João Batista, no Rio Jordão, em Jerusalém; bem conhecida como a teoria JJJ.

¹³⁷ LUTERO, *Obras Seleccionadas*, op. cit., p.173.

¹³⁸ Cf. Tese 69. *Ibid.*, p.176. Lutero reafirmou essa tese em LUTERO, Martinho. *Sobre a autoridade secular*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 8. Também cf. Calvino, que acreditava que as autoridades, inclusive seculares, são ordenadas por Deus para o bem de toda a humanidade. Cf. CALVINO, João. *Sobre o governo civil in Sobre a autoridade secular*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. pp. 86-114.

¹³⁹ Cf. *Ibid.*, p. 48.

as autoridades seculares, além de instituídas por Deus, tinham a responsabilidade de evitar o caos generalizado que seria provocado por causa da iniquidade tanto dos descrentes quanto dos não-cristãos ¹⁴⁰. E, para Lutero, a autoridade eclesiástica não estava fundamentada no ofício ou no poder papal, nem de qualquer outro ser humano, mas na Palavra de Cristo e na fé individual, de cada e todo cristão ¹⁴¹. Mais do que isso, Lutero afirmava que o governo eclesiástico não era de superioridade ou de poder, até porque as autoridades eclesiásticas não são, nem estão em posições superiores em relação aos demais cristãos (Cf. Rm 12,10; 1Pd 5,5). E, justamente, por se tratar apenas de ofício e serviço ¹⁴² (Cf. Mc 10,42-45; Mt 20,25-28), eles não deveriam “impor leis e ordens aos outros sem o consentimento e a permissão destes” ¹⁴³. Nota-se que nesse período qualquer tipo de elevação do poder do clero encontrava grandes resistências, tanto por parte do governo quanto por parte das comunidades cristãs dirigidas pelos reformadores que buscavam estabelecer o Evangelho como única regra de conduta, principalmente, por causa do anticlericalismo. Logo, percebeu-se a real necessidade de se distinguir entre a tirania das autoridades religiosas e seculares, e a legitimidade da autoridade constituída por Cristo. Por isso, no sermão sobre o *Sacramento da Penitência*, Lutero reafirmou e elucidou que Cristo ordenou que a autoridade da Igreja fosse um serviço e, conseqüentemente, a hierarquia existia para servir a comunidade cristã ¹⁴⁴. E, conquanto Lutero ¹⁴⁵ e Calvino reconhecessem a existência de dois governos aos quais a humanidade está submetida: o espiritual e o civil, Calvino advertia a que se impedisse que os

¹⁴⁰ Cf. *Ibid.*, pp. 10, 97. Para Lutero e Calvino os descrentes eram aqueles que não possuíam nenhuma expressão de fé, e os não-cristãos professavam outra fé religiosa diferente do cristianismo.

¹⁴¹ Cf. LUTERO, *Obras Seleccionadas, op. cit.*, p. 405. De acordo com o sermão sobre o Sacramento da Penitência.

¹⁴² Cf. MCKENZIE, John L. *La autoridad en la Iglesia*. Bilbao: Mensajero, 1968. p. 101. Na atualidade, o teólogo católico anglosaxão John L. Mckenzie parece concordar com Lutero, sobre o perigo de confundir o uso da autoridade na Igreja como categoria política. Nesta obra, ele afirma que a autoridade cristã não é um poder, mas um serviço. Ou seja, a autoridade é uma função que visa o cumprimento da missão da Igreja, a saber: a proclamação do Evangelho. Todavia, ele reconhece que esse problema somente será superado quando toda a Igreja, hierarquia e fiéis, permanecerem unidos no amor de Cristo, difundido pelo Espírito Santo (p. 212).

¹⁴³ LUTERO, *Sobre a autoridade secular, op. cit.*, p. 56.

¹⁴⁴ Cf. LUTERO, *Obras Seleccionadas, op. cit.*, p. 408.

¹⁴⁵ Cf. LUTERO, *Sobre a autoridade secular, op. cit.*, p. 38. Lutero reconhecia que o reino de Deus deveria ser governado sob as orientações de Cristo e que o reino do mundo deveria ser governado pelas leis seculares. Todavia, ambos possuíam leis próprias e não deveriam ultrapassar os limites do outro.

“aduladores de príncipes” exaltassem as autoridades dos mesmos, subvertendo a ordem estabelecida por Deus e os colocando acima do próprio Deus, sob pena de que toda a fé pura perecesse ¹⁴⁶. Lutero e Calvino admitiam a dualidade dos dois governos, entretanto, sem uma visão dualista. Isso porque, para eles, ambos eram compatíveis. Para Calvino, a finalidade do primeiro consistia em estabelecer fontes do reino celestial nessa vida e a antecipação das bem-aventuranças anunciadas por Jesus Cristo. E, o governo civil visava harmonizar as relações sociais entre os seres humanos, e moldar a justiça civil a fim de proteger os justos e defender a paz e a tranquilidade ¹⁴⁷.

A partir do exposto, pode-se concluir que o pensamento teológico dos reformadores possui elementos que podem e devem ser usados em favor da tolerância religiosa. Isso porque, para Lutero, Cristo “reina sobre os cristãos e governa exclusivamente pelo seu Espírito Santo, sem quaisquer leis” ¹⁴⁸. Convém ressaltar que, para os reformadores, isso não significava que as leis fossem desnecessárias. Ao contrário, sem as leis os prejuízos para o Evangelho seriam incalculáveis. Todavia, eles acreditavam que a ação do Espírito Santo, através dos “cinco *Solas*”, a saber: a *Sola Scriptura*, *Sola Gratia*, *Sola Fide*, *Sola Christus* e *Sola Deo Gloria*, como pode ser observado na Declaração de Cambridge ¹⁴⁹, na vida dos cristãos, faria com que estes naturalmente cumprissem as leis, diferentemente, daqueles que não temiam a Deus.

Não obstante, ao longo da história, percebe-se que nas Igrejas da Reforma a autoridade foi relativizada pela Bíblia Sagrada. E, conquanto não haja distinção substancial entre clérigos e leigos, como na Igreja Católica Romana, somente o pastor é reconhecido como autoridade sobre a Igreja, ainda que em algumas denominações, como no caso Batista, atribuí-se certa autonomia a Igreja local ¹⁵⁰. No entanto, como se destacou anteriormente, o princípio de autoridade, no direito

¹⁴⁶ Cf. CALVINO, *Sobre a autoridade secular*, op. cit., p. 78.

¹⁴⁷ Cf. *Ibid.*, p. 81.

¹⁴⁸ LUTERO, *Sobre a autoridade secular*, op. cit., p. 19.

¹⁴⁹ Cf. ALIANÇA DE EVANGÉLICOS CONFESSIONAIS. *Declaração de Cambridge*. http://www.monergismo.com/textos/credos/declaracao_cambridge.htm, acesso em 01/08/2011 às 23h41'. Apesar de Lutero entender apenas três *Solas*, como indicado anteriormente.

¹⁵⁰ Cf. CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. *Princípios Batistas*. <http://www.ibrp.org.br/principios.htm>, acesso em 25/07/2011, às 09h46'; para compreender melhor o exercício da autoridade nas Igrejas Batistas Protestantes. Cf. FERREIRA, Ebenézer Soares. *Manual da igreja e do obreiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1981. Publicada em sua 1ª edição sob o título: *Vade-Mécum do Obreiro e da Igreja*, cf. nota do autor. p. 25.

romano, estava vinculado ao domínio. Todavia, de acordo com Louis Bouyer, um francês luterano que se converteu ao catolicismo, à luz do pensamento paulino, o cristianismo modificou profundamente essa compreensão, afirmando que toda a autoridade é proveniente de Deus (Cf. Rm 13,1) e aquele que a exerce deve ser apenas um ministro de Deus, um servo a serviço do Reino ¹⁵¹. Sendo assim, os reformadores rejeitaram o autoritarismo eclesiástico do seu tempo. No entanto, eles nunca pretenderam fundar uma nova Igreja, mas reformar a Igreja de sempre, Una, Santa, Católica e Apostólica. Eles repudiavam o romanismo e não o catolicismo; isto é, a fé universal histórica.

Todavia, aquilo que os reformadores, veementemente, mais temiam e repudiavam se repetiu na história. As Igrejas cristãs que se originaram do Protestantismo, com seus clérigos, bispos, presbíteros, anciãos, pastores, cooperadores, diáconos e outros líderes religiosos, ainda que não possuíssem toda a estrutura eclesiástica tão abrangente e arquetizada quanto a Igreja Católica, cometeram um equívoco ainda maior. Isso porque, como assinalado anteriormente, sabe-se que na Igreja Católica Romana, para efeito de fé e doutrina o Papa é a autoridade máxima. Contudo, no protestantismo, defende-se a idéia de que a Igreja de Deus deve ser governada pelos “cinco *Solas*”. Entretanto, considerando que a Bíblia Sagrada e os ensinamentos de Jesus Cristo necessitam ser re-interpretados em cada época, cabe ao Espírito Santo iluminar aqueles que dirigem as Igrejas cristãs, isto é, a liderança eclesiástica. Dessa forma, atribuiu-se ao Espírito a condução das Igrejas. Porém, quem detém, por assim dizer, a autoridade eclesiástica sobre as comunidades cristãs protestantes é o líder religioso daquela comunidade, a saber: o pastor ¹⁵². Como bem observou Jean-Paul Willaime, em uma pesquisa realizada entre pastores reformados franceses, os pastores evangélicos bem como os padres católicos tendem à Teocracia no processo de condução da Igreja. Todavia, nesse caso, torna-se mais difícil e perigoso trabalhar com o pastor. Pois, na Igreja Católica, em matéria de fé e doutrina, há uma regulamentação papal; já, nas Igrejas Protestantes, em relação à

¹⁵¹ BOUYER, Louis. *Diccionario de Teología*. Barcelona: Herder, 1990. p. 108.

¹⁵² Cf. <http://www.reneterranova.com.br/blog/?m=200905>, acesso em 25/07/2011, às 10h06'. Reconhece-se que de acordo com a tradição ou denominação religiosa protestante esse título pode variar: Bispo, Presbítero, Ancião, Apóstolo e, até, Paipóstolo (Como René Terra Nova que assina assim em seu blog). Contudo, a figura e a função são sempre a mesma: a de pastor. Esta referência se faz necessária para justificar até onde o desejo pelo poder pode levar o ser humano.

condução eclesiástica, alguns pastores evangélicos não estão diretamente subordinados a ninguém ¹⁵³. Obviamente, para se tornar pastor nas Igrejas Evangélicas Protestantes históricas, o candidato ao pastorado, submete-se a declaração doutrinária da Igreja. Contudo, em alguns casos, após se tornar pastor da Igreja local, este pode perfeitamente conduzi-la sob uma hermenêutica bíblica particular. Por um lado, isso possibilita a pluralidade da Igreja, por outro, permite a sua fragmentação. Como bem concluiu Jean-Paul Willaime após sua pesquisa: “é ao mesmo tempo a riqueza e a vulnerabilidade das Igrejas Protestantes” ¹⁵⁴. Mais perigosa ainda, é a condução de algumas Igrejas Neo-pentecostais. Nestas não há nenhuma espécie de poder regulador. Sendo assim, o pastor local determina a “visão” da Igreja cabendo à liderança eclesiástica e aos fiéis obedecerem cegamente. Nesse caso, há uma forte tendência a um duplo autoritarismo: o eclesiástico e o espiritual.

Em suma, obviamente, admite-se que há a dimensão ministerial do poder eclesiástico. Contudo, mesmo nessa dimensão, o princípio de autoridade deve ser usado em benefício da Igreja, ou seja, a serviço da comunidade cristã. Ademais, deve ser exercido em conformidade com a Bíblia Sagrada e sob a orientação do Espírito Santo a fim de ensinar, edificar e disciplinar a Igreja (Cf. Mt 16,18; 18,17; 1Cor 5,4; Tt 3,10; Hb 12,15-17) ¹⁵⁵.

Conclusão

A partir do exposto, percebe-se que, infelizmente para a Igreja de Cristo enquanto organismo vivo que produz vida, o medo, o desejo de poder, a ganância, o egoísmo e o individualismo de alguns líderes espirituais e de algumas lideranças

¹⁵³ Cf. WILLAIME, Jean-Paul. *Do problema da autoridade nas igrejas protestantes pluralistas in Estudos de Religião* 27. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2004. p. 16. Cf. nota de rodapé da p. 14, este texto, extraído com a autorização do autor, faz parte do capítulo VI da obra: *La precarité protestant: sociologie du protestantism contemporain*. Geneve: Labor & Fides, 1992.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 24.

¹⁵⁵ Cf. GRUDEM, *op. cit.*, p. 747.

eclesiásticas têm enfraquecido, ou até destruído, a fé de muitas pessoas, inclusive, alguns cristãos. Devido à incoerência entre o discurso e a prática de algumas lideranças cristãs muitas pessoas têm abandonado a Igreja de Cristo, buscando vivenciar novas experiências com o sagrado à margem do Cristianismo e, às vezes, da Palavra de Deus. Por isso, cresce o número de pessoas que estão descobrindo Deus fora das instituições eclesiásticas, em experiências pessoais. De fato, isso tem acontecido porque de certa forma a autoridade das Escrituras tem sido relativizada. Com efeito, quando se substitui a autoridade das Sagradas Escrituras pelo racionalismo, de um lado, ou pelas revelações particulares e pelas experiências místicas, meramente humanas, do outro, há forte tendência ao ceticismo ou ao fanatismo religioso. Culminando, em ambos os casos, com a descredibilidade das Igrejas cristãs.

Portanto, somente por intermédio da ação do Espírito Santo é que será possível unir a Tradição Católica Cristã ao pensamento dos reformadores. A História da Igreja não deve ser desprezada. Ao contrário, por meio dela será possível evitar muitos erros que foram cometidos no passado. A Tradição cristã é fundamental para se compreender o desdobramento e o uso do princípio de autoridade. Contudo, deve-se ter o máximo de cuidado para não se confundir a norma com a forma. Com efeito, a Bíblia Sagrada não deve ser relativizada, antes, se aberta e exposta, como Palavra de Deus, certamente libertará aqueles que crêem em Cristo, dos enganos impostos pela religiosidade (Cf. Jo 8,32.36). Além disso, somente vivendo uma vida no Espírito é que os cristãos conseguirão vencer tanto as exigências legalistas e moralistas, de usos e costumes, impostos com base na Lei quanto as tendências humanas ao pecado (Cf. Gl 5,16-26). O Espírito de Cristo liberta para a vida, nEle “não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gl 3,28). Portanto, as Igrejas cristãs devem, simultaneamente, sustentar as suas hierarquias sem cercear a ação do Espírito. Pois, o enrijecimento das estruturas eclesiásticas abrirá as portas para toda espécie de abusos e autoritarismos, religioso e espiritual.

Enfim, cabe a Igreja de Cristo buscar na direção e no discernimento do Espírito Santo, bem como, nas comunidades cristãs primitivas, atualizar e reinterpretar os princípios e ensinamentos de Jesus Cristo, à luz deste tempo.

Tornando-se uma Igreja mais aberta e disposta a servir em tudo o que for necessário. Pois, somente uma Igreja cheia do Espírito poderá enfrentar e superar os desafios da sociedade contemporânea. Desse modo, as Igrejas cristãs devem buscar na iluminação do Espírito Santo os elementos necessários para que elas possam ser sinal de Deus, presente e atuante na terra.